



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 13 Nº 12
Dezembro de 2004

A arrecadação tributária e o ajuste fiscal em 2004

O Governo vem, ao longo do ano de 2004, realizando um efetivo ajuste fiscal, principalmente pelo lado da receita. Nesse sentido, ele adotou medidas fiscais austeras, sobretudo através da elevação de alíquotas, que aumentaram os recursos tributários. Já as despesas federais não cresceram no mesmo ritmo, pois, enquanto as despesas correntes subiram, os gastos com investimentos foram substancialmente contraídos.

Em vista disso, a carga tributária, que, de acordo com a Receita Federal, atingiu 34,9% do PIB em 2003, para este ano tem a perspectiva de continuar ascendendo, o que já é admitido pela equipe econômica. Considerando os recursos do Governo Federal, houve um recorde de arrecadação, até outubro de 2004, de R\$ 275,6 bilhões, representando um aumento real de 8,8% em relação ao mesmo período de 2003. Um dos motivos desse acréscimo de receita pode ser a aceleração da atividade econômica, que fez com que a quase-totalidade dos recolhimentos de tributos se elevassem, como, por exemplo, o IPI-automóveis, com uma variação real positiva de 16,0% de janeiro a outubro, em comparação com o mesmo intervalo do ano anterior. Além disso, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) foi um dos que mais colaboraram para o aumento da arrecadação, atingindo um montante de R\$ 65,6 bilhões e um crescimento real de 20,0% no período, devido ao fato de que, em fevereiro deste ano, sua alíquota subiu de 3% para 7,6%, como contrapartida da não-cumulatividade da mesma, que incidia sobre todas as etapas de produção; mas, com a alíquota mais elevada, houve acréscimo de arrecadação.

Com esse esforço fiscal, o Governo vem conseguindo cumprir as metas fiscais acordadas com o FMI sem grandes problemas. O resultado primário (receitas menos despesas, excluindo os juros) é a principal meta do acordo com o Fundo, que deve encerrar em março de 2005, não existindo ainda uma decisão se o mesmo será renovado, ou não. Entre janeiro e outubro de 2004, o setor público atingiu um superávit primário de R\$ 78 bilhões, o equivalente a 5,6% do PIB (R\$ 75,5 bilhões). Com esse percentual, o País cumpriu, com dois meses de antecedência, as metas estipuladas para o ano de 2004, que seria atingir um superávit primário de 4,5% do PIB. Esse resultado poderá alterar-se nos últimos meses, pois, em dezembro, tradicionalmente, ocorre um aumento dos gastos em vista do pagamento do 13º salário dos servidores públicos e dos aposentados da Previdência Social.

Quanto ao pagamento dos juros nominiais, os mesmos atingiram R\$ 106,4 bilhões (7,6% do PIB), mas, apesar de o valor ser elevado, seu montante foi menor do que o alcançado no mesmo período do ano anterior, R\$ 123,7 bilhões (9,9% do PIB). Incluindo os juros, o resultado nominal do

setor público registrou um déficit de R\$ 28,4 bilhões (2,04% do PIB) de janeiro a outubro de 2004, o que corresponde a menos da metade do total atingido no mesmo intervalo do ano passado, 4,8% do PIB.

Com o ajuste fiscal ocorrido, o Governo conseguiu uma redução da relação entre dívida líquida do setor público e PIB (dívida/PIB), que passou de 58,7% até dezembro de 2003 para 53,7% até outubro de 2004. Todavia a dívida pública continua muito concentrada nos títulos da dívida mobiliária (até outubro, representou 78,3% do total da dívida), com prazos de vencimento cada vez mais curtos e, em sua maior parte, pós-fixados pela *over*/Selic, o que significa que é muito dependente das variações das taxas de juros praticadas pela economia.

Necessidade de financiamento do setor público (NFSP) e dívida líquida do setor público (DLSP) no Brasil — jan.-out. 2003-04 e dez./03 e out./04

DISCRIMINAÇÃO	JAN-OUT/03		JAN-OUT/04	
	Valor (R\$ bilhões)	% do PIB	Valor (R\$ bilhões)	% do PIB
NFSP nominal	59,69	4,80	28,40	2,04
Juros nominiais	114,00	9,94	106,37	7,63
NFSP primário	-52,39	-5,15	-77,97	-5,59

DISCRIMINAÇÃO	DEZ/03		OUT/04	
	Valor (R\$ bilhões)	% do PIB	Valor (R\$ bilhões)	% do PIB
DLSP total	913,145	58,7	945,403	53,7
DLSP interna	726,688	46,7	783,624	44,5
DLSP externa	186,458	12,0	161,779	9,2

FONTE: Bacen.

Arrecadação de tributos federais — jan.-out. 2003-04

RECEITAS	VALOR (R\$ bilhões)		Δ % 2004 2003
	Jan.-Out./03	Jan.-Out./04	
IPI total	17,9	19,3	7,6
Cofins	54,7	65,6	20,1
CSLL	15,3	17,4	13,6
Outros	165,4	173,4	4,8
TOTAL	253,3	275,7	8,8

FONTE: Secretaria da Receita Federal.

NOTA: Valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de outubro de 2004.

Isabel Noemia Rückert (FEE/NEESF)

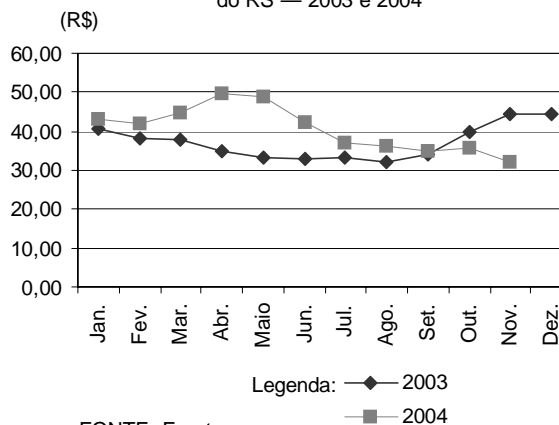
Soja: a quebra de safra e a queda dos preços em 2004

O plantio da safra gaúcha de soja no final do ano passado deu-se num contexto extremamente otimista: na safra anterior (2002/03), haviam sido colhidas no Estado 9,6 milhões de toneladas de soja, e, no momento do início do plantio da nova safra (outubro de 2003), o saco desse grão era comercializado a R\$ 40,00, apresentando forte tendência de alta.

No entanto, problemas climáticos no Rio Grande do Sul ocasionaram uma significativa quebra da produção. De acordo com os dados do IBGE, a redução da produção de soja gaúcha chegou a 42,15% em relação à safra anterior. Havia, porém, a expectativa de que o aumento nos preços de comercialização pudesse compensar as perdas no volume colhido. Essas expectativas só se confirmaram até maio, quando foram suspensas as compras de soja gaúcha pela China. A esse fato juntaram-se previsões favoráveis sobre a safra norte-americana, que, ao se confirmarem, ocasionariam uma recuperação dos estoques internacionais. Nesse quadro, ocorreu uma reversão na trajetória ascendente dos preços, que chegaram a apresentar, no final de novembro, uma redução de mais de 30% em relação ao preço de abril de 2004. A consequência dessa queda nos preços, associada à quebra na

safra, foi uma redução significativa no faturamento esperado pelos produtores.

Preços recebidos pelos produtores de soja do RS — 2003 e 2004



FONTE: Emater.

Vivian Fürstenau (FEE/NEA)

PNAD 2003 aponta alta concentração de vínculos precários no RS

Uma característica marcante do mercado de trabalho na década de 90 é a alta concentração de trabalhadores em categorias de posição na ocupação associadas à condição de precarização — empregados sem carteira de trabalho assinada, empregados domésticos, trabalhadores por conta própria (ainda que parte deles seja qualificada e com escolaridade superior, fugindo ao enquadramento de precarização), trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso. A **PNAD 2003** mostra a persistência desse quadro: 58,4% dos ocupados no RS estavam nessa condição, destacando-se, dentre eles, os trabalhadores por conta própria (39,2% dos “precários”) e os empregados sem carteira de trabalho assinada (21,4% dos “precários”).

A situação do RS pouco diferia da do Brasil, onde 59,3% dos ocupados tinham vínculos precários. Contudo, ao se cotejar o Estado com a Região Sul e com os demais estados que a compõem, o quadro é de desvantagem para o primeiro. Na Região Sul, esses ocupados totalizavam 56%; em Santa Catarina, 50,5%; e, no Paraná, 56,3%. É possível supor que a pior situação do RS frente aos outros estados esteja, em alguma medida, associada à maior participação do Setor Primário na ocupação estadual, já que, nesse setor, é significativa a presença de trabalhadores para o próprio consumo e sem remuneração.

Ocupados em categorias de posição na ocupação associadas à precarização no Brasil, na Região Sul, no RS, em SC e no PR — 2003

(1 000 pessoas)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	BR (1)	REGIÃO SUL	RS	SC	PR
TOTAL	79 250,6	13 508,1	5 579,1	2 935,6	4 993,4
Empregados sem carteira de trabalho assinada	14 150,4	1 786,9	696,1	371,5	719,4
Trabalhadores domésticos	6 081,9	868,2	340,5	150,1	377,5
Conta própria	17 709,3	2 886,3	1 276,9	577,5	1 031,9
Não remunerados	5 610,1	1 223,4	535,9	271,0	416,5
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3 320,0	777,4	400,5	111,2	265,6
Trabalhadores na construção para o próprio uso	116,2	17,1	8,2	2,3	6,7

FONTE: PNAD-IBGE, 2003.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Sheila S. Wagner Sternberg (FEE/NET)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

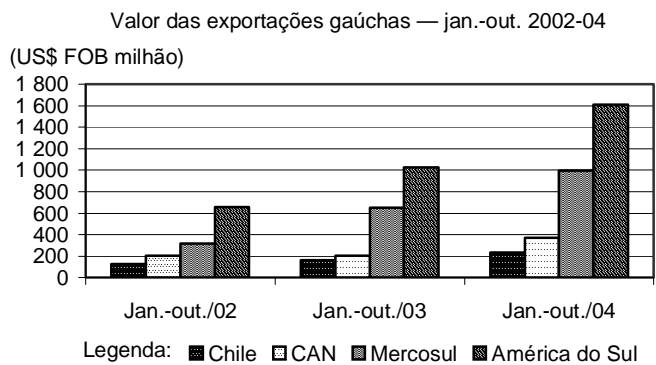
Carta
de
Conjuntura FEE

Aumentam as exportações gaúchas para a América do Sul

Analisando-se os dados das vendas externas do RS de janeiro a outubro de 2004, cujo montante foi de US\$ 8,3 bilhões, verifica-se um incremento de 23,4% em relação a idêntico período do ano anterior. Para a América do Sul, o acréscimo foi de 57%, destacando-se as vendas para a Comunidade Andina das Nações (78,9%), que engloba Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Equador, uma vez que as taxas de crescimento para o Mercosul (52,5%) e para o Chile (45,4%) foram menores. Nas exportações para a América do Sul, predominam os produtos industrializados, muitos dos quais de elevado valor agregado e, por isso, importantes para a pauta exportadora do RS, porque estão menos sujeitos às oscilações de preços internacionais, tal como ocorre com as *commodities*. Os principais produtos exportados nesses 10 primeiros meses de 2004 foram: tratores, polietileno, máquinas e aparelhos para colheita; motores diesel/semidiesel; ceifeiras-debulhadoras; carrocerias para veículos; benzeno; adubos e fertilizantes; e calçados.

O incremento das vendas deve-se à recuperação econômica de diversos países sul-americanos, em especial na agroindústria, estimuladas, além de pelo crescimento interno, pela demanda internacional. O maior acréscimo observado foi o da Venezuela (253,4%), que retomou o crescimento de sua economia após dois anos de queda no PIB, e o menor, o do Equador (17,1%). As restrições às importações brasileiras

adotadas pela Argentina afetaram relativamente pouco as vendas gaúchas, com alguma repercussão nos calçados. Assim, no período em análise, a participação dos países sul-americanos no total exportado do RS (19,5%) foi bastante próxima da de importantes parceiros comerciais, como os Estados Unidos, a União Européia e a Ásia.



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex/DTIC. Sistema Alice.

Sônia Unikowsky Teruchkin (FEE/NERI)

Necessidades básicas insatisfeitas por tamanho de município

O IBGE, através dos **Indicadores Sociais Municipais 2000**, elabora um indicador que tenta medir necessidades básicas insatisfeitas. Dessa forma, pode-se apontar onde há maior demanda potencial por programas que visem à melhoria das condições de vida da população. São considerados vulneráveis aqueles domicílios que apresentam saneamento inadequado (saneamento adequado possuem os domicílios com escoadouro ligado à rede geral ou fossa séptica, serviços de água proveniente de rede geral de abastecimento e com destino do lixo, coletado, direta ou indiretamente, pelos serviços de limpeza), com responsáveis com menos de quatro anos de estudo (analfabetos funcionais) e com rendimento mensal de até dois salários mínimos.

No Estado, 9,2% dos domicílios encontravam-se na condição de carência. A análise por estratos de municípios reve-

la que, à medida que cresce o tamanho do município, há uma melhora nas condições de seus domicílios. A proporção de domicílios com necessidades insatisfeitas passa de 22,5%, para os que possuem até cinco mil habitantes, para 4%, para aqueles entre 100 e 500 mil habitantes, sendo de 1,6% para Porto Alegre, o único município com mais de 500 mil habitantes. De fato, a tentativa de medir as necessidades básicas com base no indicador mencionado depara-se com uma dificuldade: a alta correlação entre urbanização e saneamento, variável esta que tem importância diferente, conforme a aglomeração humana. O grau de urbanização aumenta de acordo com o porte populacional dos municípios: passa de 33,7% nos municípios menores para mais de 95% nos com mais de 100 mil habitantes.

Grau de urbanização, domicílios particulares permanentes e necessidades básicas insatisfeitas, por tamanho de município, no Rio Grande do Sul — 2000

CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	GRAU DE URBANIZAÇÃO (1)	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES	NECESSIDADES BÁSICAS INSATISFEITAS	
			Número de Domicílios	Proporção
Rio Grande do Sul	81,6	3 042 039	279 452	9,2
Até 5.000hab.	33,7	197 599	44 383	22,5
De 5.001 a 10.000hab.	46,9	217 643	47 045	21,6
De 10.001 a 20.000hab.	67,2	284 446	43 323	15,2
De 20.001 a 50.000hab.	80,7	451 269	55 461	12,3
De 50.001 a 100.000hab.	87,6	491 658	43 726	8,9
De 100.001 a 500.000hab.	95,2	958 867	38 347	4,0
Mais de 500.000hab.	97,1	440 557	7 167	1,6

FONTE: IBGE, **Indicadores Sociais Municipais 2000**, Rio de Janeiro, 2002.

(1) População urbana/população total x 100.

Marilene Dias Bandeira (FEE/NIS)

Sinal amarelo nos fluxos e nas rendas de IDE

O resultado líquido da conta que leva em consideração tanto as entradas de investimento direto estrangeiro (IDE) quanto as saídas de investimento direto brasileiro em direção ao Exterior foi 27,41% inferior nos primeiros 10 meses de 2004, em comparação ao mesmo período de 2003, atingindo US\$ 4,75 bilhões. Embora os fluxos brutos de entrada e de saída de investimento direto sejam bastante superiores àqueles verificados no mesmo período de 2003, deve-se ter em mente que esses movimentos se encontram distorcidos pela natureza da operação envolvendo a troca de ações entre a empresa brasileira Ambev e a belga Interbrew, que resultou em fluxos de entrada e de saída de IDE superiores a US\$ 5 bilhões no mês de agosto de 2004, quando da consolidação da criação da InBev. Mais uma vez, as aquisições de empresas mostram a importância de não se interpretar diretamente as entradas de IDE como ampliação da formação de capital.

As despesas com rendas envolvendo o IDE revelam uma aceleração superior a 35% nas remessas líquidas de lucros e de dividendos nos primeiros 10 meses de 2004, quando comparadas às do mesmo período de 2003, atingindo US\$ 5,47 bilhões. Esse maior pagamento de rendas de IDE relaciona-se ao melhor desempenho da economia brasileira neste ano, sendo também estimulado pela valorização do real frente ao dólar, o que leva ao crescimento dos lucros, em dólares, das empresas instaladas no País.

A valorização cambial tende também a afetar o saldo comercial das empresas multinacionais, cujo direcionamento comercial é bastante sensível à taxa de câmbio real, uma vez que muitas corporações contam com filiais em países que apresentam menores custos de produção. Recentemente, o IDE entrante no País tem se direcionado em maior volume para setores primário-exportadores, o que pode reduzir essa sensibilidade a médio prazo.

Uma análise realizada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) mostra um avanço na propensão a exportar das empresas multinacionais instaladas no País, entre 2000 e 2003, para o qual foi decisiva a desvalorização cambial ocorrida em 2002. Segundo o estudo, cerca de 17,4% da produção das filiais brasileiras de empresas multinacionais destinaram-se ao mercado externo em 2003, proporção ainda inferior aos 25% registrados pelas grandes empresas de capital nacional.

O saldo líquido dos fluxos e das rendas envolvendo o IDE mostrou-se negativo em US\$ 720 milhões entre janeiro e outubro de 2004, revertendo sucessivos resultados nos quais os fluxos líquidos de IDE eram mais do que suficientes para compensar as despesas com as remessas de lucros relacionadas. Acende assim o sinal amarelo quanto à possibilidade de uma contribuição mais efetiva do IDE para a atração de divisas que venham a reforçar as combatidas reservas brasileiras. Em um ambiente no qual turbulências monetárias externas exacerbam a incerteza quanto ao futuro, o Brasil não aproveitou a calmaria do ano de 2004 para aumentar suas reservas, embora o endividamento externo tenha se reduzido, devido ao pagamento de títulos e obrigações por parte das empresas brasileiras.

Fluxos e rendas de IDE no Brasil — jan.-out./04

MESES	(US\$ milhões)		
	LUCROS E DIVIDENDOS (líquido)	INVESTIMENTO DIRETO TOTAL (líquido)	SALDO
Janeiro	-93,70	890,50	796,80
Fevereiro	-585,10	1 023,20	438,10
Março	-938,10	473,60	-464,50
Abril	-823,30	361,40	-461,90
Mai	-797,80	197,90	-599,90
Junho	-370,10	278,80	-91,30
Julho	-475,10	957,50	482,40
Agosto	-492,00	-827,20	-1 319,20
Setembro	-384,00	199,90	-184,10
Outubro	-510,50	1 193,20	682,70
TOTAL	-5 469,70	4 748,80	-720,90
$\Delta\%$ 2004/2003	35,49	-27,41	-128,78

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Bacen.

André L. F. Scherer (FEE/NEI)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 16.12.04).

ISSN 1517-7264

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.